



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO**  
*Estado de Minas Gerais*

Cláudio (MG), 30 de maio de 2025.

Ofício n.º 59/2025/AGM.

Assunto: Encaminhamento de Lei parcialmente vetada.

*Cópia*

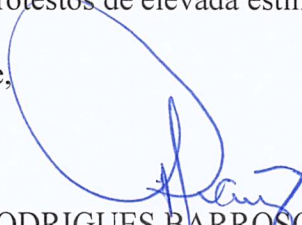
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com cordiais cumprimentos, e com fundamento no art. 35, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Cláudio/MG, comunico a Vossa Excelência o **veto parcial** à Proposição de Lei Complementar n.º 5, de 26 de maio de 2025, que “*Concede reajuste do vencimento básico dos servidores municipais do Poder Legislativo de Cláudio/MG.*”

Encaminho, nesta oportunidade, as razões do referido veto, bem como a Lei Complementar parcialmente sancionada.

Externo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO  
Prefeito do Município

Excelentíssimo Senhor,  
**REGINALDO SANTOS DE OLIVEIRA - SIMENTAL.**  
Presidente da Câmara Municipal de CLÁUDIO/MG.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO**

*Estado de Minas Gerais*

## **RAZÕES DO VETO PARCIAL DA PROPOSIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 5, DE 30 DE MAIO DE 2025.**

### **Veto oposto ao Parágrafo Único do art. 2º da Proposição de Lei Complementar n.º 5, de 30 de maio de 2025.**

O veto se impõe por vício técnico, uma vez que o dispositivo em questão apresenta cálculo incorreto do percentual acumulado de revisão geral anual.

Explica-se: em janeiro de 2025 foi concedido o reajuste de 4,77% (quatro vírgula setenta e sete por cento) aos servidores públicos municipais. Com a aprovação da presente Lei Complementar, propõe-se a concessão de um novo reajuste de 4,00% (quatro por cento), com efeitos a partir de 1º de março de 2025. Todavia, a aplicação sucessiva de dois reajustes não resulta em um somatório direto dos percentuais.

Tomando como exemplo o cargo de Técnico Legislativo, cujo vencimento-base era de R\$ 3.586,40 (três mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) em dezembro de 2024, o valor passou a R\$ 3.757,47 (três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e sete centavos) após a aplicação dos 4,77% (quatro vírgula setenta e sete por cento) de janeiro. Sobre esse novo valor, incidindo o reajuste de 4% (quatro por cento) a partir de 1º de março de 2025, haverá elevação do vencimento para R\$ 3.907,77 (três mil, novecentos e sete reais e setenta e sete centavos).

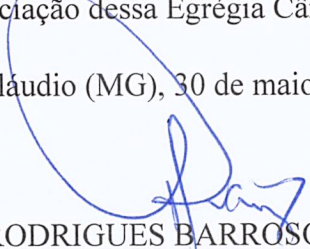
Com isso, o aumento nominal total foi de R\$ 321,37 (trezentos e vinte e um reais e trinta e sete centavos), o que representa um reajuste percentual acumulado de aproximadamente 8,96% (oito vírgula noventa e seis por cento), e não 8,77% (oito vírgula setenta e sete por cento) como mencionado no Parágrafo Único do art. 2º da proposição.

Portanto, a manutenção do Parágrafo Único com o conteúdo atual importaria na promulgação de norma que afirma incorretamente um dado percentual, o que compromete a fidedignidade legislativa, pode gerar interpretações equivocadas na aplicação da norma e impactar o controle contábil, financeiro e orçamentário da despesa com pessoal.

O veto ora proposto não compromete a concessão do reajuste de 4,00% (quatro por cento) previsto no caput do art. 2º, tampouco os efeitos financeiros da proposição, restringindo-se tão somente à supressão de um enunciado que contém erro técnico verificável.

Dessa forma, na defesa do interesse público, da responsabilidade fiscal e da correção técnica da legislação municipal, veto o Parágrafo Único do art. 2º da proposição, submetendo tal decisão à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, na forma legal.

Cláudio (MG), 30 de maio de 2025.

  
**JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO**  
Prefeito do Município